Indicadores de desenvolvimento no Vale do Rio Pardo: como estamos?

Silvio Cezar Arend[1]

Bruna Noller de Azambuja[2]

Emily Zago de Souza[3]

Resumo

O debate sobre crescimento e desenvolvimento segue sem um consenso definitivo, especialmente ao se considerar a sustentabilidade como parte essencial dessa discussão. A dificuldade em estabelecer um conceito único reflete-se também na complexidade de sua mensuração e quais dimensões devem ser consideradas. Nesta disputa de conceitos, diferentes propostas de indicadores permitem avaliar diferentes dimensões do desenvolvimento. Este artigo tem como objetivo analisar indicadores que contribuam para medir a qualidade de vida em uma região considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais que refletem o desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, considerando sua evolução e impacto na qualidade de vida da população. A partir da sistematização de dados, busca-se compreender em que medida os critérios de desenvolvimento sustentável são atendidos e quais desafios ainda persistem para a promoção de um equilíbrio entre progresso econômico e bem-estar social e ambiental. Compreender como os indicadores evoluem e influenciam o desenvolvimento regional é essencial para subsidiar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sustentável. A pesquisa se justifica pela necessidade de avaliar o desempenho da região e identificar quais desafios ainda persistem para a promoção de um equilíbrio entre progresso econômico e bem-estar social e ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Desenvolvimento sustentável. Indicadores de qualidade de vida. Bem-estar social. Crescimento econômico.

Abstract

The debate on growth and development continues without a definitive consensus, especially when considering sustainability as an essential part of this discussion. The difficulty in establishing a single concept is also reflected in the complexity of its measurement and which dimensions should be considered. In this dispute over concepts, different proposals for indicators allow for the assessment of different dimensions of development. This article aims to analyze indicators that contribute to measuring the quality of life in a region, considering economic, social and environmental aspects that reflect the development of the Rio Pardo Valley, considering its evolution and impact on the quality of life of the population. Based on the systematization of data, the aim is to understand to what extent the criteria for sustainable development are met and what challenges still persist in promoting a

[1] Dr. em Economia; Universidade de Santa Cruz do Sul; silvio@unisc.br

[2] Graduanda em Ciências Econômicas, bolsista PIBIC/CNPq; Universidade de Santa Cruz do Sul; brunanoller@mx2.unisc.br

[3] Graduanda em Relações Internacionais, bolsista PROBIC/FAPERGS; Universidade de Santa Cruz do Sul; emilyzagosouza@gmail.com

balance between economic progress and social and environmental well-being. Understanding how indicators evolve and influence regional development is essential to support public policies and sustainable development strategies. The research is justified by the need to evaluate the region's performance and identify what challenges still persist in promoting a balance between economic progress and social and environmental well-being.

***Keywords*:** Regional development. Sustainable development. Quality of life indicators. Social well-being. Economic growth.

1 Introdução

A diferenciação entre crescimento e desenvolvimento econômico tem sido amplamente discutida na literatura, sem que haja um consenso definitivo sobre suas definições e implicações. Enquanto o crescimento econômico está associado à ampliação da produção e da renda de um país ou região, o desenvolvimento envolve transformações estruturais que impactam diretamente a qualidade de vida da população, a inclusão social e a distribuição dos recursos gerados. Trata-se, portanto, de um conceito mais amplo, que abrange não apenas aspectos econômicos, mas também sociais, ambientais e institucionais. Segundo Furtado (1974), o desenvolvimento deve ser analisado não apenas pelo aumento da eficiência produtiva, mas também pela forma como seus benefícios são distribuídos e pelas consequências sociais e ambientais do modelo econômico adotado.

Nesse contexto, os indicadores econômicos assumem um papel central para a compreensão das dinâmicas de crescimento e desenvolvimento. Medidas como o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, o nível de emprego formal, a renda domiciliar e a distribuição de riqueza entre diferentes estratos sociais permitem avaliar com maior precisão o desempenho de uma localidade e os efeitos concretos das políticas públicas e estratégias de desenvolvimento adotadas. Entretanto, a simples análise desses dados de forma isolada pode ser insuficiente: é fundamental interpretá-los dentro do contexto regional, considerando as especificidades históricas, culturais, geográficas e econômicas de cada território.

O recorte regional, por sua vez, é indispensável para uma compreensão mais precisa dos processos de desenvolvimento. A economia regional contribui significativamente para o crescimento nacional, mas também apresenta desafios próprios, como desigualdades territoriais, concentração de renda, infraestrutura limitada e vulnerabilidade a flutuações de mercado. Ao considerar as potencialidades e limitações de regiões específicas, é possível propor estratégias mais adequadas às realidades locais, fortalecendo o planejamento regional e promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

No contexto do Vale do Rio Pardo, a análise de indicadores socioeconômicos torna-se essencial para compreender os avanços recentes e os obstáculos que ainda persistem. Trata-se de uma região com forte presença agroindustrial, marcada por contrastes socioeconômicos

e por desafios estruturais que impactam diretamente sua capacidade de gerar crescimento com equidade. A partir de dados sistematizados no Observa DR — portal do Observatório do Desenvolvimento Regional — como o PIB *per capita*, a evolução do emprego formal e a distribuição dos domicílios por classe de renda, é possível traçar um panorama mais completo da economia regional e identificar áreas que demandam atenção prioritária. Esses dados são coletados a partir de diferentes fontes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que confere maior confiabilidade e robustez às análises propostas.

Este artigo, portanto, tem como objetivo analisar os principais indicadores do Vale do Rio Pardo, identificando as áreas de maior potencial e os principais desafios ao desenvolvimento regional. Para isso, o texto será dividido em duas partes principais: a primeira, dedicada ao referencial teórico, aborda os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, os indicadores mais utilizados na literatura e o papel da economia regional dentro das estratégias de desenvolvimento nacional. Na segunda parte, são apresentados e discutidos os resultados empíricos obtidos a partir dos dados do Observa DR e outras fontes, destacando a evolução dos indicadores da região, os impactos do crescimento sobre a qualidade de vida da população e as principais oportunidades e desafios para o futuro do desenvolvimento local. A conclusão busca sintetizar os achados da pesquisa e refletir sobre caminhos possíveis para o avanço socioeconômico do Vale do Rio Pardo.

2 Desenvolvimento Regional e indicadores de desenvolvimento

Nas áreas de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, a distinção entre Crescimento e Desenvolvimento é uma questão central. Enquanto o crescimento se refere a aspectos puramente quantitativos, como aumento de produção ou de investimentos, o desenvolvimento envolve fatores qualitativos que afetam diretamente a qualidade de vida das populações. O crescimento por si só não reflete as complexidades e os avanços necessários em áreas fundamentais, como educação, saúde e sustentabilidade.

2.1 Crescimento X desenvolvimento econômico

O debate sobre crescimento e desenvolvimento econômico é extenso e ainda carece de consenso definitivo. Tradicionalmente, o crescimento refere-se ao aumento da produção de bens e serviços, mensurado por indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB). Já o desenvolvimento econômico é entendido como um processo mais abrangente, que inclui melhorias nas condições sociais, redução da pobreza, equidade e sustentabilidade ambiental.

Segundo Furtado (1974), o desenvolvimento deve ser compreendido a partir da ampliação da eficiência produtiva, da satisfação das necessidades básicas da população e da preservação dos recursos naturais. De forma semelhante, Sen (2000) associa desenvolvimento à expansão das liberdades individuais e coletivas, destacando que a melhoria da qualidade de vida deve ir além da mera acumulação de riqueza. “O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.” (SEN, 2000, p. 29)

A esse respeito, é importante ressaltar que o crescimento econômico pode ocorrer sem necessariamente resultar em desenvolvimento. Países podem registrar aumentos no PIB sem, contudo, garantir melhores condições de vida para suas populações, sobretudo em contextos de grande desigualdade social. Assim, a análise de desenvolvimento deve sempre considerar elementos qualitativos, como acesso à educação, saúde, segurança, e a preservação de direitos civis.

O conceito de desenvolvimento sustentável emerge da necessidade de conciliar crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Sachs (2004) reforça essa perspectiva, destacando que o verdadeiro desenvolvimento não pode ser dissociado de preocupações com equidade, solidariedade e respeito às gerações futuras. (SACHS, 2004 *apud* ARAÚJO; BARROSO; SOUZA, 2017).

Dentro dessa lógica, o desenvolvimento sustentável se tornou um paradigma central das políticas públicas contemporâneas, propondo a superação do modelo de crescimento econômico desassociado da proteção ambiental. O Relatório Brundtland (1987), por exemplo, enfatiza a necessidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias demandas.

Assim, compreender o desenvolvimento requer uma abordagem multidimensional, que articule aspectos econômicos, sociais e ambientais para promover uma melhoria efetiva no bem-estar da população.

2.2 Indicadores de desenvolvimento

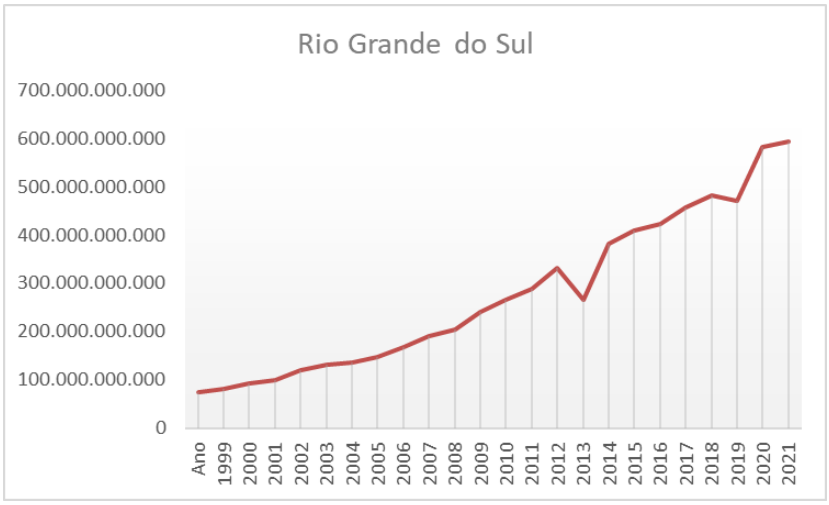
A avaliação do desenvolvimento de uma região não pode basear-se apenas em medidas tradicionais de crescimento econômico. É necessário o uso de indicadores que integrem dimensões sociais e ambientais. Entre os indicadores mais tradicionais estão o PIB *per capita*, utilizado como *proxy* da renda média da população, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado em 1990, por Mahbub ul Haq e Amartya Sen, que lançaram a crítica de que o PIB não é uma medida suficiente para avaliar o desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considera educação, renda e saúde como pilares do desenvolvimento, ao invés de apenas fatores econômicos.

Contudo, como apontam Mantovani e Arend (2019), o desenvolvimento sustentável requer a análise de três eixos principais: econômico, social e ambiental. Para tanto, a utilização de indicadores como o Valor Adicionado Bruto (VAB), a distribuição de renda, o acesso a serviços de saneamento básico, a destinação do lixo e a preservação dos recursos naturais, entre outros, torna-se fundamental.

Com o passar do tempo, questões ambientais e de sustentabilidade tornaram-se tão essenciais quanto as questões econômicas e sociais para se avaliar o verdadeiro estado de desenvolvimento de uma região. O cuidado com o meio ambiente não é apenas uma demanda global, mas uma necessidade local, pois afeta diretamente a qualidade de vida das populações.

O gráfico a seguir ilustra a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) nominal do estado do Rio Grande do Sul entre 1999 e 2021. Observa-se uma tendência de crescimento contínuo ao longo dos anos, com algumas oscilações, notadamente em 2014 e 2020, refletindo crises econômicas nacionais e globais.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto (R$) do Rio Grande do Sul, 1999 – 2021.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de ObservaDR (2025)
Nota: Valores expressos em R$ 1 bi

É importante destacar que, embora o PIB seja um dos indicadores econômicos mais utilizados, ele possui limitações. Como medida agregada de produção, não faz distinção entre atividades que geram bem-estar e aquelas que podem resultar em impactos negativos à sociedade ou ao meio ambiente. O crescimento do PIB, portanto, não garante, por si só, uma melhoria na qualidade de vida da população. Além disso, a rigor, o PIB *per capita* indica o quanto, em média, cada habitante "produz", mas não diz nada sobre o destino/apropriação dessa produção e sua distribuição entre a população. Pode ser, portanto, muito mais um indicador de produtividade do que de renda!

Outros indicadores compostos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), surgem para suprir essa lacuna, incorporando variáveis como escolaridade, expectativa de vida, acesso a serviços públicos e qualidade ambiental. Dessa forma, é possível ter uma visão mais ampla e crítica sobre os reais avanços sociais. Portanto, a escolha adequada de indicadores é crucial para avaliar de forma mais fiel a qualidade de vida das populações e orientar políticas públicas eficazes.

2.3 O papel da economia regional no desenvolvimento

A dimensão regional do desenvolvimento econômico é essencial para compreender as desigualdades territoriais e para formular estratégias de promoção de um crescimento mais equilibrado. Conforme Boisier (2000), o desenvolvimento regional deve ser visto como um processo endógeno, que depende da mobilização dos recursos locais e da construção de capacidades específicas de cada território.

> Existe uma equação inconsistente em matéria de desenvolvimento: admite-se o caráter subjetivo e qualitativo do conceito, mas se busca alcançá-lo através de ações essencialmente materiais. Causa e efeito não têm a mesma dimensão ou, em linguagem econômica, o objetivo está divorciado dos meios utilizados. (BOISIER, 1999, p. 41, tradução própria)

O planejamento regional, portanto, precisa respeitar as especificidades locais, levando em conta as vantagens competitivas, a cultura, os recursos naturais e as capacidades produtivas de cada região. Estratégias de desenvolvimento que ignoram as diferenças regionais tendem a reproduzir desigualdades e concentrar riqueza em áreas já favorecidas.

A economia regional tem um papel decisivo na dinamização dos territórios e políticas públicas voltadas para o fortalecimento das capacidades locais, inovação tecnológica, inclusão social e preservação ambiental são fundamentais para o alcance de um desenvolvimento equilibrado. Iniciativas de capacitação profissional, estímulo à inovação, investimentos em infraestrutura básica e incentivo à agricultura sustentável são exemplos de ações que podem impulsionar o desenvolvimento regional de maneira mais justa.

Por fim, ao reconhecer que as regiões possuem dinâmicas próprias e especificidades econômicas, sociais e ambientais, o planejamento regional pode se tornar uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as desigualdades socioeconômicas. A construção de estratégias regionais participativas, envolvendo a sociedade civil e o setor produtivo, é um caminho promissor para viabilizar um crescimento mais harmônico e duradouro.

O papel da economia regional no desenvolvimento é multifacetado e crucial, atuando como um motor que impulsiona o crescimento e a prosperidade em diferentes níveis: a) geração de empregos e renda, atraindo investimentos, desenvolvendo setores específicos e aumentando as oportunidades de emprego e remuneração; b) redução das desigualdades

regionais, ao promover o desenvolvimento endógeno, mais equilibrado e sustentável, reduzindo a dependência de fatores externos e criando oportunidades em áreas menos desenvolvidas, através de investimentos estratégicos e políticas de incentivo em regiões com menor dinamismo econômico que estimulem o surgimento de novas atividades, diversifiquem a economia local e ofereçam alternativas de renda para a população, diminuindo o êxodo rural e as desigualdades sociais e econômicas; c) melhoria da qualidade de vida, ao ampliar o acesso a bens e serviços, incluindo saúde, educação, cultura e lazer, ampliando os investimentos em infraestrutura e desenvolvimento urbano e favorecendo o fortalecimento do capital social, a cooperação entre os atores locais e a coesão social, criando um ambiente mais propício ao desenvolvimento integral.

O fortalecimento das economias regionais atua como um instrumento de redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população em todo o território. O desenvolvimento de cada região contribui de maneira significativa para o desenvolvimento do país como um todo.

3 Os indicadores para o Vale do Rio Pardo

Com o intuito de avaliar e quantificar o desempenho local, um conceito tão amplo e dinâmico, emerge a necessidade da utilização de ferramentas quantitativas para uma adequada mensuração do grau de desenvolvimento (KATES; PARRIS; LEISEROWITZ, 2005). A utilização de indicadores é essencial tanto para a condução de pesquisas quanto para o planejamento, a implementação de políticas públicas e a tomada de decisão em esferas públicas e privadas.

Índices como o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) também contribuem para essa análise ao avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros com base em três áreas essenciais: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Por meio de dados oficiais, o IFDM permite monitorar a efetividade de políticas públicas e identificar desigualdades regionais, funcionando como um instrumento importante para orientar ações voltadas à promoção do desenvolvimento social equilibrado.

Como discutido anteriormente, o crescimento econômico não implica, necessariamente, no desenvolvimento social e ambiental. Assim, torna-se fundamental a utilização de métricas que capturem dimensões sociais e ambientais do progresso humano. Nesse sentido, destaca-se o Índice de Progresso Social (IPS), uma ferramenta de gestão territorial que busca identificar se as pessoas possuem o necessário para prosperar, como abrigo, alimentação, segurança, acesso à informação e tratamento igualitário, entre outros aspectos. O IPS mede o bem-estar de uma população sob uma ótica social e ambiental, considerando outros fatores econômicos que não produção e renda como tradicionalmente utilizados em outros indicadores, o que permite uma análise mais abrangente das condições de vida.

No presente artigo a análise será realizada sob a ótica do Índice de Progresso Social (IPS), uma vez que este propõe um panorama multidimensional alternativo. O indicador avalia a performance de municípios e estados, sendo atualmente composto por 53 indicadores secundários, oriundos de fontes públicas, que mensuram os resultados alcançados e não os investimentos realizados. Cada um desses indicadores é submetido a uma seleção, de acordo com os critérios da metodologia global do IPS. Para integrar o IPS Brasil, o indicador precisa ser social ou ambiental, medir resultados, ter fonte pública e confiável, estar atualizado (com, no máximo, cinco anos) e disponível para todos ou quase todos os territórios brasileiros. Esses critérios garantem a solidez e a transparência do índice como ferramenta de análise. Sua estrutura baseia-se em uma pontuação de 0 a 100, distribuída entre três dimensões principais: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-estar e Oportunidades.

Na dimensão Necessidades Humanas Básicas avalia os seguintes componentes: Nutrição e Cuidados Médicos Básicos; Água e Saneamento, Moradia e Segurança Pessoal. Na dimensão Fundamentos de Bem-estar os componentes são: Acesso ao Conhecimento Básico; Acesso à Informação e Comunicação; Saúde e Bem-estar e Qualidade do Meio Ambiente. Por último, na dimensão Oportunidades são avaliados os componentes Direitos Individuais; Liberdades Individuais e de Escolha; Inclusão Social e Acesso à Educação Superior. Cada um destes componentes se desdobra em indicadores, que são avaliados estatisticamente para medir a consistência e a confiabilidade dos dados e então são ajustados e normalizados, para

permitirem a comparação dos resultados com aqueles obtidos por municípios na mesma faixa de PIB *per capita*[4] (IPS BRASIL, 2024).

A presente análise utiliza os resultados do IPS para investigar a realidade social do Vale do Rio Pardo, uma região composta por 23 municípios: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Segundo o Departamento de Economia e Estatística (2024), a região representa 5% do território do Rio Grande do Sul e abriga, conforme o Censo 2022 do IBGE, 424.237 habitantes, correspondendo a 3,89% da população estadual.

Caracterizada como um polo produtor de tabaco — com forte presença de minifúndios e destacando Santa Cruz do Sul como centro industrial e sindical do setor —, a região apresenta ainda municípios voltados à pecuária extensiva e à produção agroindustrial em grandes propriedades. No caso do Vale do Rio Pardo, conforme evidenciado por Mantovani e Arend (2019), o desenvolvimento econômico apresenta avanços no PIB per capita e no VAB, mas enfrenta desafios ligados à desigualdade de renda, vulnerabilidade social e deficiências em infraestrutura ambiental e social. Além disso, exibe marcante heterogeneidade socioespacial, fruto de processos históricos diferenciados e de distintos padrões de desenvolvimento econômico-social (AREND *et al*, 2019).

A interpretação do IPS não se limita à leitura da pontuação bruta, mas exige um exame integrado dos resultados absolutos, relativos e qualitativos, para a formulação de diagnósticos sociais mais robustos e estratégicos. A análise do farol de desempenho — que classifica os resultados em categorias qualitativas como “forte", "neutro" ou "fraco" oferece uma visão sintética da posição do município em cada uma das dimensões avaliadas. Esta categorização facilita a identificação de áreas prioritárias para políticas públicas e ações de melhoria.

[4] Note-se que a utilização do PIB per capita é para fins de comparação entre municípios com grau de semelhança, não diz respeito à sua utilização com proxy da renda dos munícipes, o que seria inadequado conforme discussão anterior.

Tabela 1 – Índice de Progresso Social dos municípios do Vale do Rio Pardo

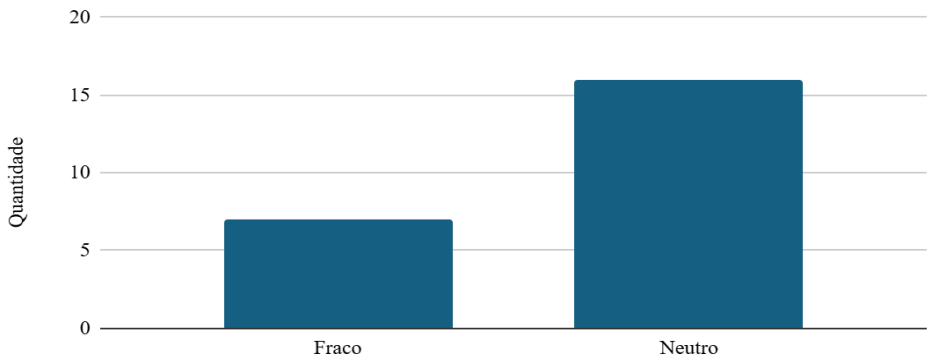
Município	IPS	Município	IPS
Arroio do Tigre	53,41	Passo do Sobrado	59,32
Boqueirão do Leão	53,59	Rio Pardo	56,48
Candelária	55,37	Santa Cruz do Sul	65,52
Encruzilhada	55,47	Segredo	53,22
Estrela Velha	51,62	Sinimbu	51,11
General Câmara	61,85	Sobradinho	59,18
Herveiras	54,36	Tunas	56,12
Ibarama	55,37	Vale do Sol	56,24
Lagoa Bonita do Sul	56,57	Vale Verde	54,79
Mato Leitão	64,22	Venâncio Aires	61,13
Pantano Grande	60,45	Vera Cruz	58,40
Passa Sete	47,92		

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IPS Brasil (2025).

Conforme pode ser visto na Tabela 1, a maioria dos municípios da região está em uma faixa de 50 a 60 pontos, o que indica um progresso moderado. Atualmente, o município com menor IPS é Passa Sete – 47,92 – e o maior é Santa Cruz do Sul – 65,52 – o que indica uma amplitude de aproximadamente 17,6 pontos, indicando uma desigualdade interna no que tange ao desenvolvimento social na região. A média do IPS é de 56,60, com um desvio padrão de 4,22, indicando variações significativas entre os municípios.

Adicionalmente, verifica-se a inexistência de uma correlação direta entre PIB *per capita* ou área territorial e o desempenho no IPS. Entretanto, uma hipótese possível de ser avaliada é de que municípios com maior dinamismo econômico (nos setores industrial e comercial) tendem a apresentar melhores resultados sociais em comparação àqueles com predominância de atividades rurais. Quando comparados a outros municípios com similar faixa de PIB per capita, 16 municípios do Vale do Rio Pardo foram classificados como de desempenho neutro, enquanto 7 municípios apresentaram desempenho fraco.

Gráfico 2 – Performance frente a outros municípios com mesma faixa de PIB *per capita*



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IPS Brasil (2025).

O desempenho predominantemente baixo a mediano é atribuído a déficits em áreas estratégicas, especialmente nos indicadores de saúde e bem-estar, conforme detalhado na Tabela 2. Outros componentes também apresentaram resultados inferiores, exigindo atenção para o planejamento de ações/políticas públicas e programas regionais para melhorar os resultados nestes indicadores.

Tabela 2 – Componentes com maiores déficits

Componente	Nº de indicadores com déficit
Saúde e Bem-estar	12
Acesso à Informação e Comunicação	9
Água e Saneamento	7
Moradia	8
Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	6
Acesso ao Conhecimento Básico	6
Qualidade do Meio Ambiente	6
Direitos Individuais	3
Inclusão Social	3
Liberdades Individuais e de Escolha	2
Acesso à Educação Superior	2
Segurança Pessoal	1
Inclusão Digital	1

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IPS Brasil (2025).

Analisando esses indicadores por município com o intuito de explorar suas potencialidades e déficits, temos o seguinte quadro sintético de resultados.

Quadro 1 – Nº de indicadores fortes e fracos do Índice de Progresso Social (IPS) nos municípios do Vale do Rio Pardo

Município	Fortes	Fracos	Dimensão com melhor desempenho	Dimensão com pior desempenho
Arroio do Tigre	5	13	Oportunidades	Necessidades Humanas Básicas
Boqueirão do Leão	2	9	Fundamentos do Bem-estar	Necessidades Humanas Básicas
Candelária	2	13	Oportunidades	Necessidades Humanas Básicas
Encruzilhada do Sul	2	14	Oportunidades	Fundamentos do Bem-estar
Estrela Velha	3	17	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos do Bem-estar
General Câmara	3	9	Oportunidades	Fundamentos do Bem-estar
Herveiras	2	15	Fundamentos do Bem-estar	Necessidades Humanas Básicas
Ibarama	6	7	Necessidades Humanas Básicas	Oportunidades
Lagoa Bonita do Sul	4	12	Oportunidades	Necessidades Humanas Básicas
Mato Leitão	9	7	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos do Bem-estar
Pantano Grande	1	9	Oportunidades	Fundamentos do Bem-estar
Passa Sete	2	15	Fundamentos do Bem-estar	Necessidades Humanas Básicas
Passo do Sobrado	4	9	Oportunidades	Fundamentos do Bem-estar
Rio Pardo	4	8	Oportunidades	Fundamentos do Bem-estar
Santa Cruz do Sul	7	3	Oportunidades	Necessidades Humanas
Segredo	3	9	Inconclusivo	Fundamentos do Bem-estar
Sinimbu	2	13	Oportunidades	Necessidades Humanas Básicas
Sobradinho	5	2	Fundamentos do Bem-estar	Inconclusivo
Vale do Sol	2	7	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos do Bem-estar
Vale Verde	7	9	Oportunidades	Fundamentos do Bem-estar
Venâncio Aires	5	1	Oportunidades	Inconclusivo
Vera Cruz	3	6	Oportunidades	Fundamentos do Bem-estar
Tunas	5	11	Oportunidades	Necessidades Humanas

				Básicas

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IPS Brasil (2025).

Nota-se que a dimensão “Necessidades Humanas Básicas" aparece frequentemente como a área com pior desempenho. Os componentes desta dimensão são “Atenção e cuidados médicos básicos”, “Água e saneamento”, “Moradia” e “Segurança pessoal”. Municípios como Passa Sete, Sinimbu, Candelária e Lagoa Bonita do Sul apresentam um número relativamente alto de indicadores fracos nessa dimensão, evidenciando deficiências em áreas como acesso à saúde, segurança e infraestrutura básica. Isso sugere a persistência de carências estruturais que comprometem a qualidade de vida da população.

A média geral para “Necessidades Humanas Básicas" é de 70,62, com Mato Leitão (87,22) e Passa Sete (55,21) apresentando os extremos. Por componentes, “Água e saneamento”, que tem indicadores que avaliam o acesso à água potável via rede de distribuição, esgotamento sanitário, o percentual de moradias abastecidas com água potável e o índice de perdas na distribuição da água potável, tem o pior desempenho da dimensão, com média de 66,37 pontos (no índice que alcança 100 pontos). Destaque negativo, que contribui para o fraco desempenho no componente, para os municípios de Passa Sete (21,46), Boqueirão do Leão (32,18), Lagoa Bonita do Sul (45,71) e Segredo (48,89), que tiveram os piores indicadores, não atendendo à demanda de mais da metade da população.

A cobertura vacinal para poliomielite é alta em muitos municípios, com a média de 83,07%: seis municípios alcançam cobertura de 100%, mas em Santa Cruz do Sul se encontra a pior cobertura vacinal, de apenas 56,29%. A mortalidade infantil até 5 anos é de 15,36 por mil nascidos vivos, com variações entre os municípios: de 2,94 em Rio Pardo até 38,46 em Vale Verde.

Na dimensão “Fundamentos do Bem-estar”, a média geral dos 23 municípios do VRP é 60,21, com Santa Cruz do Sul (69,14) e Estrela Velha (50,84) nos extremos – uma diferença de 35,98% do maior para o menor índice. O componente “Qualidade do Meio Ambiente”, cujos indicadores são áreas verdes urbanas, emissões de CO^2 por habitante, focos de calor, Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios e supressão da vegetação primária e secundária, é avaliado com uma média de 64,71, refletindo a necessidade de melhorias em várias áreas.

O pior resultado neste componente é em Vale Verde (50,97) e o melhor em Vera Cruz (74,44), mas ainda distante do ideal de 100.

Ainda nesta dimensão, o componente "Saúde e bem-estar" tem média geral de 48,73, também muito distante do ideal de 100. Estrela Velha tem o pior indicador (32,86) e General Câmara o melhor, 59,60. Os municípios mais populosos da região, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, têm índices de apenas 55,52 e 53,53, respectivamente. O componente "Acesso ao conhecimento básico" tem média 70,14 entre os 23 municípios, variando de 53,78 pontos em General Câmara até 79,09 em Tunas. Os indicadores deste componente são: abandono no ensino fundamental, abandono no ensino médio, distorção idade/série no ensino médio, evasão no ensino médio, Ideb do ensino fundamental e reprovação escolar no ensino médio. A taxa de abandono escolar no ensino fundamental e médio é uma preocupação, com a necessidade de estratégias para melhorar a retenção dos alunos.

Por último, a dimensão "Oportunidades" destaca-se como a dimensão em que há maior disparidade entre os municípios. Após calculadas as médias de cada componente da dimensão e o respectivo desvio-padrão, obtém-se o coeficiente de variação (CV, relação entre a média e o desvio-padrão), que avalia a dispersão das observações (resultados por município) e, no caso de CV superior a 20%, considera-se que a dispersão dos dados é elevada. Nesta dimensão os CV´s variaram de 24,40% para "Liberdades individuais e de escolhas" a 35,02% para "Direitos individuais", passando por "Acesso à educação superior" com CV de 27,44% e "Inclusão social" com CV de 36,70%. Esta grande disparidade entre os municípios indica a necessidade de muitos avanços, um longo caminho ainda a ser percorrido para que a população do Vale do Rio Pardo como um todo alcance um estágio de desenvolvimento minimamente satisfatório.

A paridade de gênero nas câmaras municipais de maneira geral é uma questão relevante, com os dados indicando a necessidade de maior representação feminina. O índice de direitos individuais é de 28,46, com a necessidade de ações para garantir a igualdade e a proteção de minorias. A inclusão social e o acesso à educação superior também são áreas críticas, com médias de 51,79 e 30,68, respectivamente.

Entretanto, avaliando individualmente os 16 indicadores da dimensão

"Oportunidades" para cada município *vis-à-vis* com o conjunto de municípios comparáveis da mesma faixa de PIB *per capita* (o IPS classifica o desempenho em (relativamente) forte, neutro ou fraco), apesar da grande disparidade entre os indicadores dos municípios do Vale do Rio Pardo, quando comparados com outros municípios semelhantes, o número de indicadores com desempenho "relativamente fraco" é surpreendentemente baixo.

Santa Cruz do Sul e General Câmara obtém desempenho "relativamente forte" no cômputo geral dos componentes e indicadores da dimensão "Oportunidades". Os municípios de Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Vale do Sol não têm nenhum indicador classificado como "fraco" nesta dimensão. Santa Cruz do Sul e Sobradinho alcançam desempenho "relativamente forte" no componente "Liberdades individuais e de escolha" e Vale do Sol no componente "Inclusão social".

Com apenas um indicador "relativamente fraco" temos os municípios de Pantano Grande, Passo do Sobrado, Sinimbu, Vera Cruz, Venâncio Aires e Vale Verde. No extremo oposto, Estrela Velha tem 5 indicadores "fracos" na dimensão "Oportunidades", com destaque (negativo) para os componentes "Direitos individuais" e "Inclusão social", que ficaram com desempenho "fraco" no comparativo com municípios de porte semelhante.

No cômputo geral dos 53 indicadores, os piores desempenhos são de Estrela Velha, com 17 indicadores "fracos" e Herveiras e Passa Sete com 15 indicadores com desempenho "fraco", que são os municípios que enfrentam os maiores desafios, o que sugere a necessidade de ações públicas urgentes e direcionadas.

3.1 Desafios para o desenvolvimento do Vale do Rio Pardo

O Gráfico 2 evidencia que a performance do Vale do Rio Pardo, quando comparada a municípios da mesma faixa de PIB, concentra-se majoritariamente na categoria neutra, com uma proporção relevante ainda no desempenho fraco. Esse resultado revela que, apesar de apresentar um Produto Interno Bruto compatível com outras regiões, o desenvolvimento social e a qualidade de vida não acompanham o mesmo ritmo da economia local. Tal constatação reforça os déficits identificados no IPS, indicando que o crescimento econômico, por si só, não garante avanços sociais significativos. Essa discrepância evidencia a necessidade

de políticas públicas integradas que transcendam o viés econômico, priorizando investimentos em saúde, educação, saneamento e inclusão social para promover um desenvolvimento regional mais equilibrado e sustentável.

Além disso, os indicadores de desempenho obtidos por meio do IPS, conforme apresentados na Tabela 2, refletem em sua grande maioria direitos sociais fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988 e evidenciam déficits significativos em diversos itens assegurados por ela. Entre eles, destacam-se o direito à saúde (art. 6º e art. 196), à moradia (art. 6º), à educação básica e superior (art. 205 a 214), bem como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225).

Dessa forma, a existência desses déficits revela não apenas fragilidades nas políticas públicas locais, mas também o descumprimento de garantias constitucionais essenciais ao desenvolvimento humano e social. Essa constatação reforça que o baixo desempenho em determinadas dimensões do IPS vai além de um problema técnico de desenvolvimento, evidenciando desafios estruturais na efetivação desses direitos. Nesse sentido, o IPS, além de mensurar o progresso social, evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes para garantir a concretização dos direitos fundamentais, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social.

Esses desafios se refletem de maneira particular no Vale do Rio Pardo, região cuja dinâmica econômica e social evidencia tanto avanços quanto desigualdades persistentes. Compreender os déficits sociais à luz das especificidades regionais é fundamental para discutir os caminhos do desenvolvimento regional sustentável e inclusivo, que promova o crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental na região.

Nesse contexto, as reflexões de Celso Furtado (2005) e Milton Santos (2023) oferecem importantes contribuições para compreender os desafios do desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo. Furtado destaca que o subdesenvolvimento e as desigualdades regionais são produtos de um processo histórico de concentração econômica, que perpetua disparidades sociais e territoriais mesmo em regiões com desempenho econômico relevante. Santos enfatiza que o território é produzido e usado de maneira desigual, refletindo um modelo de modernização excludente que beneficia determinados grupos e espaços, enquanto outros

permanecem marginalizados. Assim, os déficits evidenciados no IPS refletem não apenas carências materiais, mas desigualdades estruturais no acesso aos benefícios do desenvolvimento, demandando políticas públicas integradas que considerem as particularidades territoriais e promovam a inclusão social, equidade e sustentabilidade.

4 Considerações finais

Diante dos déficits apresentados pelos indicadores de IPS no Vale do Rio Pardo, evidencia-se a urgência de estratégias visando o capital humano e o desenvolvimento social da região, que, por consequência, impactam diretamente em um desenvolvimento regional sustentável e inclusivo em outras áreas. É preciso superar fragilidades nas principais áreas citadas: saúde, educação e moradia e, para isso, são necessárias políticas públicas articuladas às potencialidades econômicas e territoriais da região

Nesse contexto, iniciativas voltadas ao fortalecimento das redes básicas de saúde e desenvolvimento de parcerias com as Universidades locais podem fornecer à população um atendimento em saúde mais completo e preventivo, impactando diretamente no maior déficit da região. Investimentos em infraestrutura de saneamento básico, com ampliação de redes de esgoto e tratamento de água podem ajudar a melhorar a gestão dos recursos hídricos locais e, consequentemente, impactar na saúde e bem-estar das comunidades. A valorização da agricultura familiar e a expansão de agroindústrias locais podem contribuir significativamente para o aumento da renda rural e da segurança alimentar, respondendo a déficits relacionados à saúde e à nutrição. Da mesma forma, o fortalecimento de redes de educação técnica e superior, em articulação com universidades como a Universidade de Santa Cruz, é essencial para ampliar o acesso à educação de qualidade e qualificar a mão- de-obra regional. O investimento em infraestrutura digital, especialmente em áreas periféricas e rurais, além de reduzir a exclusão digital, facilita o acesso a políticas públicas e serviços essenciais, impactando diretamente indicadores como acesso à informação e à cidadania. A promoção do turismo rural e cultural, por sua vez, pode impulsionar o emprego, valorizar o patrimônio local e fomentar a coesão social — aspectos fundamentais para um desenvolvimento mais equilibrado.

Portanto, articular as dimensões reveladas pelo IPS com oportunidades concretas de desenvolvimento regional permite compreender o território não apenas pelos seus déficits, mas também por suas potencialidades. Essa abordagem, alinhada ao pensamento de autores como Sérgio Boisier, Celso Furtado e Milton Santos, aponta para um modelo de desenvolvimento enraizado nas especificidades locais, capaz de enfrentar desigualdades históricas por meio de soluções construídas para o território.

Referências

AGOSTINI, C.; AREND, S. C. Desenvolvimento Regional Sustentável: indicadores e qualidade de vida no Vale do Taquari/RS. *Colóquio* (Taquara), v. 12, p. 11-31, 2015.

ARAÚJO, K. K. S.; BARROSO, C. M. R.; SOUZA, E. J. C. Os paradigmas da sustentabilidade: entre o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. *Revista Contexto Geográfico Maceió-AL***.** v. 2, n. 3, p. 76 – 85, 2017.

AREND, S. C.; DEPONTI, C. M.; SILVEIRA, R. L. L.; BRANDT, G. B.; SILVEIRA, R. C. E.; ZANCHI, V. Observando o desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo: notas sobre as dinâmicas econômicas recentes. *Barbarói*, p. 234-257, 2019.

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinergético. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, (2), 39. https://doi.org/10.22296/2317-1529.2000n2p39. Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 32ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

IPS BRASIL. Disponível em: https://ipsbrasil.org.br/pt/conheca/ips. Acesso em: 27 abr. 2025.

KATES, R. W.; PARRIS, T. M.; LEISEROWITZ, A. A. What is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development***,** v. 47, n. 3, p. 8–21, 2005. Disponível em:

https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00139157.2005.10524444. Acesso em: 27 abr. 2025.

OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (OBSERVA DR). Disponível em: http://observadr.org.br/portal. Acesso em: 17 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. 1987. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf. Acesso em 27 abr. 2025.

LUZ, M. W.; AREND, S. C. Do discurso institucional à promoção social: os desafios da sustentabilidade em um mundo globalizado. *Revista Foz*, v. 4, p. 22-37, 2021.

MANTOVANI, E.; AREND, S. C. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Vale do Rio Pardo. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 16, p. 15-33, 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. *Cadernos RS no Censo 2022: População*. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2024. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202412/cadernosrsnocenso-populacao-3.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. 34ª ed. São Paulo: Ed. Record, 2023.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.